



# GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

## Secretaria do Estado da Administração

### Concurso Público para Provimento de Cargos de Educador Penitenciário (Nível Médio)

P R O V A
-----------

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos
---------------------------------------------------

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 2h30min. para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### 1. A Constituição Federal determina que

- (A) se presume a culpa daquele que está sob investigação policial.
- (A) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, salvo nos crimes de tortura, tráfico de entorpecentes e terrorismo.
- (C) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, salvo em casos de rebelião.
- (D) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- (E) o preso não será informado sobre a identidade daqueles responsáveis por sua prisão, para assegurar a proteção à vítima.

### 2. A respeito dos direitos da criança e do adolescente, pode-se afirmar que

- (A) os maiores de 16 anos são considerados penalmente responsáveis, de acordo com a Constituição Federal.
- (B) a aplicação de qualquer medida privativa de liberdade deverá obediência aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- (C) a violência cometida contra a criança ou o adolescente será punida da mesma forma que a cometida contra o adulto, conforme estabelece o princípio da igualdade.
- (D) o castigo imposto pelos pais à criança não será questionado judicialmente, uma vez que ao Estado é vedado interferir na esfera privada da família.
- (E) os filhos havidos fora do casamento não terão os mesmos direitos que os filhos havidos no casamento.

### 3. A respeito dos direitos políticos, pode-se afirmar que

- (A) apenas os alfabetizados, maiores de 16 anos, podem votar, de acordo com a Constituição Federal.
- (B) o condenado criminalmente perderá seus direitos políticos, de acordo com a Constituição Federal.
- (C) toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (D) todo brasileiro, contanto que católico, poderá ser eleito Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.
- (E) a vontade do povo, soberana, será sempre externada mediante eleições indiretas, por voto aberto e censitário, conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

### 4. De acordo com a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes,

- (A) em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificativa para a tortura.
- (B) poderão invocar-se as circunstâncias excepcionais da ameaça ou do estado de guerra, como justificativa para a tortura.
- (C) poderão invocar-se as circunstâncias excepcionais de instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificativa para a tortura.
- (D) caberá ao Direito interno estabelecer as circunstâncias excepcionais que autorizem a tortura.
- (E) poderão invocar-se as circunstâncias excepcionais do estado de sítio ou estado de defesa, como justificativa para a tortura.

### 5. A prática de tortura

- (A) é crime contra o Direito Internacional, tendo em vista a Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, mas ainda não é crime no Direito Brasileiro, sendo punida como constrangimento ilegal ou lesão corporal.
- (B) é crime contra o Direito Internacional e interno, tendo em vista a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Lei 9.455/97, que define e pune o crime de tortura, por ele respondendo exclusivamente os mandantes.
- (C) é crime contra o Direito Internacional e interno, tendo em vista a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Lei 9.455/97, que define e pune o crime de tortura, por ele respondendo exclusivamente os mandantes e os executores.
- (D) ainda não foi tipificada como crime no Direito Internacional e nem tampouco no Direito Brasileiro, sendo apenas uma afronta aos princípios gerais do Direito.
- (E) é crime contra o Direito Internacional e interno, tendo em vista a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Lei 9.455/97, que define e pune crime de tortura, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

### 6. A localização geográfica do Estado do Amapá é considerada uma vantagem comparativa frente a outros estados da Amazônia porque

- (A) é o único da Amazônia cortado pela Linha do Equador.
- (B) a fronteira do Estado do Amapá com Guiana Francesa e o fácil acesso ao transporte fluvio-marinho representam oportunidades de acesso a mercados internacionais.
- (C) a fronteira do Estado do Amapá com a República da Guiana garante o escoamento de seus produtos para os grandes centros de desenvolvimento internacionais.
- (D) a fronteira do Estado do Amapá com o Estado do Pará permite o escoamento de matéria-prima para ser beneficiada na região sul do país.
- (E) a maior parte da floresta amazônica está concentrada na superfície territorial do Estado do Amapá.

<p>7. A Agenda 21, documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO 92, foi formulada com o objetivo de</p> <p>(A) orientar os 21 países mais ricos do mundo para a preservação dos recursos ambientais.</p> <p>(B) registrar as discussões realizadas durante a conferência, que teve a duração de 21 dias.</p> <p>(C) garantir a participação do Brasil na II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.</p> <p>(D) planejar ações que promovam o crescimento econômico dos 21 países considerados os mais pobres do mundo.</p> <p>(E) servir de guia para a promoção do desenvolvimento sustentável em todos os níveis, com vistas ao século 21.</p>	<p>11. A valorização e modernização do extrativismo tem como objetivos:</p> <p>(A) proteger os recursos florestais do Estado, assegurar a permanência das comunidades tradicionais em seus locais de origem e melhorar suas condições de vida.</p> <p>(B) introduzir na agricultura local o cultivo de novas variedades agrícolas que diversifiquem as oportunidades econômicas para as comunidades tradicionais.</p> <p>(C) estimular grandes plantações de espécies nativas assegurando que os agroextrativistas tenham produção suficiente para sua subsistência e para a exportação.</p> <p>(D) proteger as propriedades das comunidades locais dando subsídios e recursos tecnológicos para o desenvolvimento da agricultura em larga escala.</p> <p>(E) proteger os recursos florestais, assegurando que a espécies nativas sejam cultivadas em grandes plantações ao invés de extraídas diretamente da natureza.</p>
<p>8. Identifique abaixo projetos de desenvolvimento sustentável implantados no Estado do Amapá.</p> <p>(A) A Escola Bosque do Bailique e o Centro de Cultura Negra.</p> <p>(B) A implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e a construção da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes.</p> <p>(C) A criação da cooperativa dos castanheiros e a implantação do Projeto Jari.</p> <p>(D) A Usina Termoeletrica de Santana e a construção do Trapiche Eliezer Levy.</p> <p>(E) A restauração da Fortaleza de São José e a exploração de manganês na Serra do Navio.</p>	<p>12. A população indígena do Amapá é constituída de cerca de 5.500 indivíduos pertencentes as etnias Caripuna, Galibi, Palikur e Waiãpi. Para garantir a qualidade de vida que esses povos desejam manter ou recuperar é necessário, entre outras ações,</p> <p>(A) coibir ações que promovam o intercâmbio entre índios e não índios.</p> <p>(B) garantir um ensino igualitário, de acordo com os conteúdos empregados nas demais escolas públicas do Estado.</p> <p>(C) promover ações de capacitação em técnicas de conservação e aproveitamento racional dos recursos naturais.</p> <p>(D) reunir todas as etnias em uma mesma área.</p> <p>(E) a formação de agentes de saúde e de professores indígenas, respeitando os interesses culturais de cada grupo.</p>
<p>9. O Estado do Amapá possui nove Unidades de Conservação que representam 18,8% da área total do Estado. Em qual das unidades citadas abaixo é permitido o uso sustentável dos recursos?</p> <p>(A) Reserva Biológica do Lago Piratuba.</p> <p>(B) Reserva Biológica do Parazinho.</p> <p>(C) Estação Ecológica do Jari.</p> <p>(D) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.</p> <p>(E) Parque Nacional do Cabo Orange.</p>	<p>13. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá - PSDA é o programa de governo do Estado do Amapá, institucionalizado a partir do Decreto nº 2453 de 14 de agosto de 1995, tendo como principal objetivo</p> <p>(A) garantir a independência econômica e política do Estado do Amapá.</p> <p>(B) seguir as orientações políticas e econômicas do Plano Plurianual do Governo Federal com atenção especial aquelas voltadas para a preservação ambiental.</p> <p>(C) repassar para as organizações não governamentais as responsabilidade referentes à proteção do meio ambiente.</p> <p>(D) implantar um novo modelo de desenvolvimento baseado na equidade social, na ordenação do uso e ocupação dos espaços e na racionalização do aproveitamento dos recursos naturais.</p> <p>(E) implantar grandes projetos de crescimento econômico que garantam a auto-sustentação do Estado do Amapá.</p>
<p>10. Os projetos sustentáveis para a geração de emprego e renda, implantados através do PDSA, têm como princípio básico:</p> <p>(A) o aumento do índice de exportação a partir de atividades econômicas que priorizem o atendimento das necessidades dos países e estados fronteiriços.</p> <p>(B) inibir o desenvolvimento do setor industrial a fim de proteger os recurso naturais do Estado do Amapá.</p> <p>(C) a agregação de valor aos produtos locais, a fim de diversificar a base econômica e gerar mais empregos.</p> <p>(D) a concentração das atividades econômicas na capital do Estado, onde o índice de desemprego é maior.</p> <p>(E) a realização de parcerias com madeireiras internacionais para a exploração dos recursos florestais com maior eficiência.</p>	

14. O Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE pode ser considerado importante para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amapá porque

- (A) fornece as informações para que o zoneamento urbano seja feito respeitando as potencialidades e as características ecológicas e econômicas encontradas na capital do Estado.
- (B) identifica as zonas de maior importância ecológica e econômica onde serão concentrados os esforços e recursos para implantação dos grandes projetos de desenvolvimento.
- (C) fornece as informações necessárias para o ordenamento do território e planejamento do uso sustentável dos recursos de acordo com as potencialidades sociais e vulnerabilidades naturais.
- (D) garante a repartição dos recursos financeiros gerados pelo desenvolvimento sustentável de acordo com as potencialidades ecológicas e necessidades econômicas das zonas rurais.
- (E) identifica as zonas com maior abundância de recursos naturais exploráveis onde serão implantados projetos de crescimento econômico e ordenamento territorial.

15. A partir das discussões teóricas e críticas geradas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é possível dizer que

- (A) a incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica não pode ser superada, o que inviabiliza as pretensões práticas do desenvolvimento sustentável.
- (B) trata-se de um conceito multidimensional que aponta uma alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento.
- (C) a noção de sustentabilidade é originária da área biológica e portanto não pode ser empregada nos campos da sócio-economia.
- (D) após uma série de debates chegou-se a um consenso teórico em torno da definição apresentada pelo relatório Bruntland.
- (E) trata-se de um conceito ideológico onde o desenvolvimento social depende da economização da ecologia.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 16 a 23 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Entraram na crônica policial do Estado de São Paulo siglas como PCC. Ela significa Primeiro Comando da Capital. Trata-se de uma facção de criminosos, ao que consta nascida em Taubaté, que atua nos presídios paulistas. O PCC protagonizou a inédita megarrebelião que, num mesmo dia, amotinou presos na capital e em diversas cidades do interior paulista.*

*Esse tipo de organização era mais conhecido na trajetória dos presídios do Rio de Janeiro. Parece que agora age com mais desenvoltura em São Paulo. Para o Secretário Estadual da Segurança Pública, Marco Vinício Petreluzzi, esse fenômeno não causa surpresa. “Não me espanta que em qualquer cadeia haja tentativa de organização por parte dos presos, porque, afinal, estamos tratando com criminosos”, disse o Secretário.*

*Pode causar espécie o ceticismo de Petreluzzi, até mesmo pela responsabilidade do cargo que ocupa, mas ele contém um ponto que merece reflexão. De fato, a concentração de criminosos facilita a formação dessas organizações que passam a fazer dos presídios uma espécie de quartel-general do crime, de onde se comandam “operações” internas e externas.*

*Mas características específicas do sistema prisional brasileiro também contribuem para formar o caldo de cultura propício às organizações criminosas. Podem ser citados, nesse sentido, fatores como superlotação, baixa inteligência na administração de presídios, corrupção e reunião de presos que não poderiam conviver no mesmo recinto.*

*O Governo do Estado toma algumas providências para combater esse tipo de organização. Mas é preciso mais para que as assombrosas siglas dessas gangues de presídios não venham a fazer parte de uma triste rotina contra a qual nada se pode fazer. Que não se propague o temível exemplo de motim organizado, apresentado por esse tal PCC.*

**Folha de S. Paulo, 19 fevereiro 2001**

16. O texto deixa claro que

- (A) as autoridades responsáveis pela segurança pública perderam definitivamente o controle dos presídios, comandados por várias organizações criminosas.
- (B) são necessárias mudanças no sistema carcerário brasileiro, para evitar que os delinquentes, mesmo detidos, continuem atuando criminosamente.
- (C) o sistema de segurança pública está sendo totalmente reestruturado, especialmente em relação ao funcionamento dos presídios, que se encontram superlotados.
- (D) jamais será possível controlar o funcionamento dos presídios, porque bandos de marginais encarcerados procuram destacar-se dentro deles.
- (E) criminosos detidos no Rio de Janeiro foram trazidos a São Paulo, onde desenvolvem uma ação mais organizada, que se espalha por todos os presídios paulistas.

<p>17. <i>Pode causar espécie o ceticismo de Petreluzzi, até mesmo pela responsabilidade do cargo ...</i></p> <p>A observação significa, considerando-se o contexto, que o Secretário de Segurança Pública</p> <p>(A) está correto em apenas diagnosticar um dos mais sérios problemas dos presídios, as organizações criminosas.</p> <p>(B) erra em fazer uma avaliação que não condiz com a realidade existente nos presídios paulistas, apesar da responsabilidade de seu cargo.</p> <p>(C) se antecipa aos problemas que possam surgir nos presídios, diagnosticando-os e propondo uma solução para eles.</p> <p>(D) reconhece que nada há a fazer nos presídios, a não ser manter os presos todos juntos, apesar da possibilidade de rebeliões.</p> <p>(E) deve preocupar-se em combater as organizações criminosas dos presídios e não simplesmente reconhecer que elas existem.</p>	<p>19. O uso das aspas na palavra "<b>operações</b>" (3º parágrafo)</p> <p>(A) indica a reprodução exata da opinião de outra pessoa.</p> <p>(B) assinala o uso indevido dessa palavra no texto.</p> <p>(C) mostra seu uso desnecessário, porque já houve referência a ela anteriormente.</p> <p>(D) confere um sentido especial a ela, chamando a atenção do leitor para isso.</p> <p>(E) interrompe a sequência lógica do pensamento do autor.</p> <hr/> <p>20. <i>Que não se <u>propague</u> o temível exemplo de motim organizado ...</i></p> <p>O emprego da forma verbal grifada confere à frase a idéia de</p> <p>(A) desejo de que a ação se realize.</p> <p>(B) dúvida a respeito de um fato real.</p> <p>(C) certeza da realização de um fato futuro.</p> <p>(D) finalidade de uma ação presente.</p> <p>(E) explicação de um fato passado.</p> <hr/> <p>21. <i>... não <u>venham</u> a fazer parte de uma triste rotina.</i></p> <p>Há uma afirmação INCORRETA a respeito do verbo grifado na frase acima em</p> <p>(A) a forma de infinitivo do verbo é <b>vir</b>.</p> <p>(B) a forma empregada no texto é a de presente do subjuntivo.</p> <p>(C) no futuro do indicativo a forma correta é <b>virá</b>.</p> <p>(D) a forma do presente do indicativo, 3ª pessoa do singular, é <b>vem</b>.</p> <p>(E) a mesma forma de presente do indicativo, no plural, é <b>vêm</b>.</p> <hr/> <p>22. A concordância nas frases adaptadas do texto está feita em desrespeito à norma culta na frase:</p> <p>(A) Esses tipos de organização eram mais conhecidos nos presídios do Rio de Janeiro.</p> <p>(B) São fenômenos que não causam surpresa, pois resultam da concentração de criminosos num só lugar.</p> <p>(C) Tratam-se de organizações de criminosos, que atuam livremente nos presídios paulistas.</p> <p>(D) É necessário controlar a atuação dessas organizações, contra as quais nada se pode fazer.</p> <p>(E) Espera-se que não ocorram mais essas rebeliões, organizadas por criminosos, dentro dos presídios.</p>
<p>18. <i>o temível exemplo de motim organizado, apresentado <u>por esse tal PCC</u>.</i></p> <p>O termo grifado na frase acima permite afirmar corretamente que ele transmite</p> <p>(A) um aspecto elogioso, de certa forma, pela capacidade de organização que os criminosos possuem, mesmo detidos.</p> <p>(B) uma sensação de revolta, tendo em vista que a sociedade se acha indiscutivelmente desprotegida, pela falta de presídios.</p> <p>(C) um sentido de desprezo por essa organização, o qual vem concluir os comentários feitos no transcorrer do texto todo.</p> <p>(D) a preocupação, tanto da sociedade quanto das autoridades responsáveis, em adequar os presídios às necessidades básicas dos prisioneiros.</p> <p>(E) uma incerteza em relação às possíveis soluções para evitar a concentração de criminosos detidos num único presídio.</p>	

<p>23. Surgiram ..... de criminosos, que transformaram os presídios em ..... do crime organizado.</p> <p>As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) facções - quartéis-general</p> <p>(B) facções - quartéis-generais</p> <p>(C) facções - quartel-generais</p> <p>(D) facções - quartéis-generais</p> <p>(E) facções - quartel-generais</p>	<p>24. De acordo com o texto, o crime acontece</p> <p>(A) muitas vezes com pessoas que estão muito próximas de nós, sem que possamos ajudá-las.</p> <p>(B) pela ausência de um policiamento eficaz, especialmente em lugares mais afastados.</p> <p>(C) por não haver informações seguras às pessoas em geral, dadas por especialistas na área.</p> <p>(D) com a colaboração involuntária da vítima, que se expõe desnecessariamente aos bandidos.</p> <p>(E) principalmente devido ao uso de drogas, que facilita a ação dos bandidos, tornando-os mais ágeis.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 24 a 28 baseiam-se no texto apresentado abaixo.</p> <p><i>O crime não ocorre por acaso. Antes de atacar, o bandido costuma observar atentamente sua vítima. Estuda seus movimentos e pontos fracos e avalia os riscos da investida. A não ser que esteja drogado, quem pratica uma ação criminosa pesa todos esses fatores antes de decidir se vale a pena arriscar. Facilidade de ataque e fuga, fragilidade do alvo e possibilidade de bons ganhos são fatores que pesam na decisão.</i></p> <p><i>Analizando dessa forma, fica fácil entender o que se deve fazer para diminuir o risco de se tornar alvo preferencial, sujeito a ataques a qualquer momento. O melhor é recorrer ao bom senso. Não ostentar jóias nem outros objetos de valor, evitar lugares desertos, procurar estar sempre acompanhado, somente utilizar caixas eletrônicas em locais públicos e prestar atenção quando estiver no trânsito. Apesar de amplamente conhecidos, esses cuidados costumam ser negligenciados pelas pessoas. A tendência é imaginar que coisas ruins só acontecem com os outros.</i></p> <p><i>Para evitar o risco de engrossar as estatísticas da criminalidade, a melhor tática é seguir os conselhos de policiais e profissionais especialistas em segurança. Ao caminhar pela calçada, por exemplo, os ladrões preferem abordar pessoas distraídas e que aparentam ter algo de valor. É aconselhável ficar afastado das aglomerações e andar com bolsas e sacolas junto ao corpo. A observação do movimento também ajuda. Uma pessoa precavida tem muito mais chance de um caminho livre de bandidos.</i></p> <p><b>Veja Especial - Sua Segurança</b></p>	<p>25. <u>Apesar de amplamente conhecidos</u>, esses cuidados costumam ser negligenciados pelas pessoas.</p> <p>O segmento grifado, considerando-se o contexto, tem o sentido de</p> <p>(A) explicação.</p> <p>(B) conclusão.</p> <p>(C) condição.</p> <p>(D) consequência.</p> <p>(E) ressalva.</p> <p>26. <i>Esses cuidados costumam ser negligenciados pelas pessoas.</i></p> <p>Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal passa a ser</p> <p>(A) costumam negligenciar.</p> <p>(B) costuma-se negligenciar.</p> <p>(C) negligenciam.</p> <p>(D) tinham negligenciado.</p> <p>(E) estão sendo negligenciados.</p> <p>27. O melhor é <u>recorrer</u> ao bom senso.</p> <p>A mesma regência exigida pelo verbo grifado acima está na frase:</p> <p>(A) Estuda seus movimentos e pontos fracos.</p> <p>(B) Não ostentar jóias nem outros objetos de valor.</p> <p>(C) que coisas ruins só acontecem com os outros.</p> <p>(D) e andar com bolsas e sacolas junto ao corpo.</p> <p>(E) A observação do movimento também ajuda.</p>



34. Se o número de fichas for 504 e a divisão for feita em partes diretamente proporcionais às suas respectivas idades, mas inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço na corporação, o número de fichas que caberá a

- (A) Daniel é 180.
- (B) Manoel é 176.
- (C) Daniel é 170.
- (D) Manoel é 160.
- (E) Daniel é 162.

35. Em uma eleição para a diretoria de um clube, concorreram três candidatos, e a porcentagem do total de votos válidos que cada um recebeu dos 6 439 votantes é mostrada na tabela abaixo.

Candidato	Votos válidos (%)
João Pedro	20
José Plínio	30
Júlio Paulo	50

Se nessa eleição houve 132 votos nulos e 257 em branco, considerados não válidos, então

- (A) João Pedro obteve um total de 1 200 votos.
- (B) José Plínio obteve 620 votos a mais que João Pedro.
- (C) Júlio Paulo obteve 1 210 votos a mais que José Plínio.
- (D) o último colocado recebeu 2 000 votos a menos do que o primeiro.
- (E) o primeiro colocado recebeu 1 010 votos a mais do que o segundo.

36. Um título de valor nominal R\$ 500,00 foi descontado dois meses antes do vencimento, sendo de R\$ 450, 00 o valor líquido recebido. Se o desconto utilizado foi o comercial simples (desconto simples por fora), a taxa de desconto utilizada foi de

- (A) 4%
- (B) 4,5%
- (C) 4,8%
- (D) 5%
- (E) 5,2%

37. Em certo momento, o número X de soldados em um policiamento ostensivo era tal que subtraindo-se do seu quadrado o seu quádruplo, obtinha-se 1 845. O valor de X é

- (A) 42
- (B) 45
- (C) 48
- (D) 50
- (E) 52

38. Os 60 soldados de uma equipe foram igualmente divididos em grupos para participarem de uma aula prática sobre um novo programa de computador, ficando cada grupo em uma máquina. Entretanto, na hora da aula, três dos computadores travaram e os outros grupos tiveram que receber uma pessoa a mais. Após essa redistribuição, o número de grupos era

- (A) 15
- (D) 12
- (C) 10
- (D) 9
- (E) 6

39. Um recipiente completamente cheio de óleo pesa 2 kg. Se o óleo ocupasse  $\frac{1}{4}$  do volume do recipiente, o peso total se reduziria a 875 g. O peso do recipiente vazio, em gramas, é igual a

- (A) 250
- (B) 480
- (C) 500
- (D) 630
- (E) 700

40. A velocidade de 120 km/h equivale, aproximadamente, à velocidade de

- (A) 33,33 m/s
- (B) 35 m/s
- (C) 42,5 m/s
- (D) 54,44 m/s
- (E) 60 m/s



<p>41. As colônias agrícolas, industriais ou similares destinam-se ao cumprimento das penas em regime prisional</p> <p>(A) fechado. (B) semi-aberto. (C) aberto. (D) semi-fechado. (E) alternativo.</p>	<p>46. São espécies de regimes prisionais:</p> <p>(A) fechado, semi-aberto e aberto. (B) reclusão, detenção e liberdade assistida. (C) liberdade assistida, liberdade vigiada e semi-liberdade. (D) privação de liberdade e restrição de direitos. (E) reclusão, detenção e prisão simples.</p>
<p>42. Nos estabelecimentos prisionais, a classificação dos condenados compete</p> <p>(A) à Comissão Diretora de Classificação do Presídio (CDCP). (B) ao Conselho Penitenciário (CP). (C) ao Conselho de Política e Classificação Penitenciária (CPCP). (D) à Comissão Técnica de Classificação (CTC). (E) ao Conselho Disciplinar (CD).</p>	<p>47. É competente para decidir sobre a progressão de regime prisional o</p> <p>(A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (B) Promotor de Justiça da execução penal. (C) Juiz da execução penal. (D) Conselho Penitenciário. (E) Conselho da Comunidade.</p>
<p>43. Na Lei de Execução Penal, o trabalho prisional é considerado</p> <p>(A) faculdade do preso. (B) faculdade do Estado. (C) direito e dever do preso. (D) faculdade do empregador. (E) faculdade de todos.</p>	<p>48. A remição pelo trabalho prisional é concedida</p> <p>(A) à razão de um dia trabalhado por três dias de pena. (B) ao preso que nunca praticou falta disciplinar de natureza grave. (C) ao preso que nunca praticou faltas disciplinares médias ou graves. (D) à razão de três dias trabalhados por dia de pena. (E) ao preso que nunca praticou qualquer espécie de falta disciplinar.</p>
<p>44. As medidas de segurança são executadas em face de</p> <p>(A) infratores menores de 18 anos de idade. (B) condenados a penas alternativas considerados perigosos. (C) condenados a penas privativas de liberdade que ameacem fugir do estabelecimento prisional. (D) condenados a penas privativas de liberdade que coloquem em risco a segurança da sociedade. (E) inimputáveis por razões mentais.</p>	<p>49. Para a aplicação de sanções disciplinares é imprescindível</p> <p>(A) procedimento administrativo com garantia de defesa ao condenado. (B) a concordância do Promotor de Justiça. (C) a decisão do Juiz da execução penal. (D) a decisão do Conselho Disciplinar. (E) a prática, pelo preso, de crime doloso.</p>
<p>45. Segundo o direito vigente, a aplicação de castigos físicos nos presos é</p> <p>(A) admissível nos casos de estrita necessidade para evitar movimentos contra a ordem e a disciplina (rebeliões). (B) admissível de forma moderada e sob estrita supervisão médica. (C) admissível mediante expressa e específica autorização do juiz da execução penal. (D) admissível como sanção disciplinar máxima, nos estritos casos de falta grave, apurada em regular procedimento administrativo e assegurada a ampla defesa. (E) inadmissível.</p>	<p>50. Não é direito do preso</p> <p>(A) participar da previdência social. (B) fugir. (C) entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado. (D) ser protegido contra o sensacionalismo. (E) ter sigilo em sua correspondência.</p>